



Tânia Bessone
Gladys Sabina Ribeiro
Monique de Siqueira Gonçalves
Beatriz Momesso
(organizadoras)

Cultura escrita e
circulação de impressos
no Oitocentos

No século XIX, o avanço da mecanização da impressão, o barateamento do papel e o crescimento do número de leitores fizeram explodir a quantidade de impressos em circulação. Assim como em outras regiões do mundo, também no Brasil oitocentista, a palavra impressa ganhou as ruas, revolucionando os modos de difusão das ideias. Panfletos, periódicos, jornais e livros colocaram leitores e autores em contato direto, possibilitando a expansão de projetos políticos, literários e culturais.

Este livro, organizado por Tania Bessone, Gladys Ribeiro, Monica Gonçalves e Beatriz Momesso, é uma importante contribuição aos estudos sobre a circulação dos impressos no Brasil do século XIX. As organizadoras, nomes destacados no cenário da produção historiográfica sobre o Império brasileiro, buscam ampliar e consolidar um campo de debates sobre os impressos, o que resulta num volume que proporciona o alargamento da análise historiográfica ao sugerir novas questões e abordagens inéditas das fontes.

Ao refletir sobre os usos dos impressos a partir de uma geografia extensa – de norte a sul do Império – e de amplos e diversificados problemas – a construção de identidades políticas, os discursos antiescravistas, os acervos literários e técnicos das bibliotecas, entre outros –, este livro se torna leitura obrigatória para todos aqueles interessados nos modos de produção e circulação de ideias no Brasil oitocentista.

Giselle Martins Venancio
Universidade Federal Fluminense

Copyright © 2016 Tânia Bessone/Gladys Sabina Ribeiro/Monique de Siqueira
Gonçalves/Beatriz Momesso

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza

Editora assistente: Cristina Terada Tamada

Assistente acadêmica: Bruna Marques

Projeto gráfico e diagramação: Jean Ricardo Freitas

Capa: Jean Ricardo Freitas

Assistente de produção: Dafne Ramos

Revisão: Isabella Schempp

Imagem de capa: Reading on the Rocks, Grand Manan; John George Brown, 1877

Este livro foi publicado com o apoio da Faperj, CNPq, CEO e Redes de poder e
relações culturais.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C974

CULTURA ESCRITA E CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS NO OITOCEN-
TOS [recurso eletrônico]/

organização Tânia Bessone... [et al.]. - 1. ed

São Paulo: Alameda, 2016.

recurso digital

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-401-0

I. Brasil - História. 2. Livros eletrônicos I. Bessone, Tânia.

II. Título.

I6-35392

CDD: 981

CDU: 94(81)

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Treze de Maio, 353 – Bela Vista
CEP 01327-000 – São Paulo – SP
Tel. (11) 3012-2403
www.alamedaeditorial.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	9
Impressos políticos	19
Capítulo 1. Como um fuzil: imprensa e a identidade política oriental (Província Cisplatina – 1821-1828) <i>Murillo Winter</i>	21
Capítulo 2. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831) <i>Moisés Frutuoso</i>	45
Capítulo 3. Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891) <i>Daiane Lopes Elias</i>	65
Impressos periódicos	83
Capítulo 4. A Revista Musical e de Bellas Artes (1879-1880) <i>Alexandre Raicevich de Medeiros</i>	85
Capítulo 5. Traços de modernidade: modernidade e progresso na imprensa ilustrada fluminense (1870-1880) <i>Arnaldo Lucas Pires Junior</i>	105
Impressos e trajetórias biográficas	123
Capítulo 6. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo <i>Martha Victor Vieira</i>	125

Capítulo 2. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831)

Moisés Frutuoso¹

A palavra impressa como instrumento político

Periódicos publicados nas províncias e na Corte tiveram uma significativa circulação entre os diversos espaços letrados do Império brasileiro durante o século XIX. Acontecimentos dos grandes centros políticos chegavam através dos jornais às mais distantes regiões, arregimentando indivíduos por meio de ideias e influenciando a transformação do vocabulário político. Assim, os jornais se tornaram uma ferramenta de mobilização social no período pós-independência.

O surgimento da imprensa no Brasil está vinculado ao processo de desagregação do Império português, marcado pelas transformações dos espaços públicos, pela modernização política das instituições e, também, pela nova organização do Estado em solo americano (MOREL; BARROS, 2003, p. 7). A imprensa, em virtude do seu aspecto pedagógico, teve atuação importante na divulgação do novo vocabulário político, do qual faziam parte termos como *nação*, *pátria*, *constituição*, *liberdade*, entre outros.

O ano de 1808, além de marcar a chegada da Família Real em solo americano, se destacou também por ser o início das atividades da imprensa periódica na América portuguesa. O primeiro jornal publicado na Corte pela Imprensa Régia foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha (SODRÉ, 1966, p. 22-29).² Sua primeira edição foi lançada em 10 de setembro de 1808. Veículo oficial do governo sem atrativos para o público, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um periódico mais voltado para os acontecimentos europeus do que uma reflexão sobre os problemas da América portuguesa.

A *Idade d'Ouro do Brazil* foi o segundo periódico publicado na Colônia. O português Manuel Antônio da Silva Serva recebeu autorização real em 5 de feve-

1 Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista CAPES.

2 Três meses antes da publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Hipólito José da Costa fundou em Londres o *Correio Braziliense*, que circulou clandestinamente na América portuguesa entre 1808 e 1822. Livre da censura, o *Correio Braziliense* criticava abertamente as ações da Coroa no Brasil, apesar de também possuir uma postura monarquista.

reio de 1811 para instalar uma tipografia em Salvador. Três meses depois, a *Idade d'Ouro* já estava em circulação. O Conde dos Arcos, então governador da Bahia, elaborou uma série de diretrizes que deveriam nortear o redator do periódico. Dentre os princípios a serem seguidos, um ressaltava que as notícias políticas deveriam ser apresentadas “[...] sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública” (CASTRO, 1969, p. 27). Da mesma forma que no Rio de Janeiro, a censura política também esteve presente na província baiana. Nesse momento, a censura foi uma marca da imprensa no Brasil.

Mesmo com a baixa alfabetização no século XIX, é preciso ter cautela ao caracterizar a imprensa como “elitista”, pois as práticas de leitura coletiva em papéis manuscritos faziam parte do cotidiano da população desde período colonial, tendo os periódicos impressos potencializado tais práticas. Nesse contexto, observamos que:

[...] havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letrada e iletrada. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor. (SLEMIAN; PIMENTA, 2003, p. 45-46)

Portanto, não seria exagero afirmar que, por mais remota que fosse a região, a palavra impressa se fazia presente como instrumento político ao ser lida coletivamente. Nesse sentido, a imprensa periódica constituiu-se como uma “força ativa na história” (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 15) por ter ajudado a dar forma aos eventos que registrou e também por ter propagado para as diversas localidades os acontecimentos dos grandes centros urbanos ocorridos durante o Primeiro Reinado.

Em Rio de Contas, os periódicos publicados na Bahia e no Rio de Janeiro contribuíram para articular a constituição da Junta Temporária de Governo durante o processo de ruptura política entre Brasil e Portugal em 1822. Além disso, observamos também que os jornais que circularam na sociedade rio-contense em 1831 influenciaram as ações políticas locais após a abdicação do imperador d. Pedro I, quando os sentimentos de aversão aos portugueses natos estavam exacerbados nesta vila do alto sertão baiano (NEVES, 2008, p. 28).³

Para compreender as dinâmicas políticas de Rio de Contas durante o Primeiro Reinado é necessário conhecer a formação social e econômica do alto sertão da Bahia a partir do século XVIII. O povoamento e desenvolvimento dos *sertões de*

3 Neves utiliza a expressão *alto sertão*, referindo-se à “distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil”.

*cima*⁴ baianos faziam parte dos interesses da Coroa portuguesa e, também, associaram-se às ações de sertanistas e bandeirantes que adentraram o interior da América portuguesa em busca de enriquecimento.

Uma vila mineradora no sertão baiano

A criação de vilas, principalmente em localidades distantes do litoral, era uma forma de controle da política ultramarina sobre a Colônia. Era por meio delas que se pretendia realizar a arrecadação de impostos de passagem, principalmente, sobre o ouro e o gado. Desde o final do século XVII, fazia parte das atribuições dos governadores e vice-reis a fundação de vilas onde estes julgassem haver necessidade. Ainda assim, em 20 de outubro de 1722, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735) solicitou ao rei d. João V permissão para criar uma vila nas proximidades do rio das Contas, região que começava a se destacar como uma zona mineradora no interior da Bahia.⁵

A autorização da Coroa portuguesa para a criação da vila de *Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas* foi concedida através de Carta Régia de 9 de fevereiro de 1725, tendo já sido erigida no ano anterior por Pedro Barbosa Leal onde localiza-se atualmente o município de Livramento de Nossa Senhora.⁶ Em virtude das condições de insalubridade do local a sede da vila foi transferida para o sítio denominado *Pouso dos Creoulos*,⁷ no planalto da Serra das Almas, ponto de descanso de viajantes e tropeiros oriundos de Goiás e Minas Gerais que se dirigiam para a capital da Bahia. A solicitação de transferência de local, feita por seus moradores, foi atendida por meio da provisão régia de 2 de outubro de 1745.⁸ A antiga sede perdeu parte de sua população para o novo sítio e passou a ser denominada *Vila Velha*, tornando-se distrito da nova vila construída às margens do rio de Contas Pequeno (atual rio Brumado) (FREIRE, 1998, p. 156-157).

O processo de ocupação do interior da Bahia ocorreu antes dos atos oficiais da Coroa portuguesa no século XVIII. A expansão da pecuária e da mineração na

4 A expressão *sertões de cima* também faz referência às altas altitudes da região. No entanto, possui maior amplitude que *alto sertão*, pois incorpora outras áreas do interior baiano, como a região centro-norte da Bahia e, por conta da proximidade, das vilas localizadas na margem esquerda do rio São Francisco. (SILVA, 2000, p. 47-73).

5 AHU_ACL_CU_005, cx. 16, Brasil/Bahia. Doc. 1365. Carta-Régia de 20/10/1722.

6 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Ordens Régias – Livro 19 (1723-1725). Cartas Régias de 09.02.1725 (Docs. 43-46) Cf. SILVA, 1925, p. 358.

7 Alguns autores, como Pedro Tomás Pedreira, indicam que o *Pouso dos Creoulos* era “um grande ‘quilombo’ de negros fugidos” (PEDREIRA, 1962, p. 588).

8 AMRC, Fundo Câmara Municipal. Diversos. Cópia da Carta-Régia de 02/10/1745.

região atraiu fluxos migratórios, principalmente de baianos e paulistas. Os primeiros, subindo o rio São Francisco e, os segundos, descendo o caudaloso rio. Erivaldo Fagundes Neves aponta que o alargamento das fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e seus rendeiros no São Francisco contribuíram para o povoamento da região, bem como o contingente populacional atraído pela grande exploração aurífera das Minas Gerais, nas cabeceiras do rio Itapicuru (Jacobina), nas serras do Tromba e das Almas e, também, nas nascentes dos rios das Contas e Paramirim (NEVES, 2008, p. 96).

Durante o século XVIII, a vila de Rio de Contas exerceu papel de importância para o alto sertão em virtude da mineração aurífera. A descoberta do ouro e a conquista e incorporação do sertão fazem parte de

[...] um processo que, de um lado, significou novas alternativas de exploração econômica e de ampliação do poder metropolitano, através da extensão da estrutura político-administrativa e jurídica e, de outro, instituiu relações com novas formas de sujeição para diferentes grupos sociais, além de consolidar as relações escravistas. (VASCONCELOS, 1998, p. 16)

Com o declínio da mineração no início do século XIX, a agricultura e a pecuária tornaram-se as principais atividades dos distritos vinculados à vila de Rio de Contas. O padre Manuel Aires de Casal registrou que os habitantes de Rio de Contas e os “do seu vasto termo culti[va]vam mandioca, milho, arroz, feijão, tabaco para consumo [...], e ainda cana-de-açúcar, que faz haver alguns engenhos e alambiques” (grifo nosso) (CASAL, 1947, p. 136). No entanto, o mesmo clérigo fez uma ressalva: “mas só são ricos os negociantes, os criadores de gado *vacum* e os cultivadores de algodoeiros, cuja cultura floresce pela excelente qualidade de sua produção”.

A vila de Rio de Contas era um importante centro econômico dos sertões baianos nas primeiras décadas do século XIX. Ainda que as secas eventualmente assolassem seus territórios, a manutenção da produção de gêneros agrícolas de forma estruturada era uma característica da região, o que nos permite afirmar que se tratava de uma economia dinâmica e diversificada, baseada no trabalho escravo, mas que contava, também, com a presença de homens livres pobres em diversas atividades comerciais.

“Papéis incendiários” em Rio de Contas

As mudanças das estruturas políticas portuguesas com a Revolução do Porto em agosto de 1820 marcaram a trajetória da imprensa e da vida política no império luso-brasileiro. De imediato, os revolucionários portuenses deliberaram pela liberdade de imprensa em todos os territórios que compunham o Reino. No Brasil, várias Juntas de Governo que apoiaram as Cortes foram instituídas, inclusive na Bahia. A Junta Provisória baiana, estabelecida em Salvador em 10 de fevereiro de 1821, reconheceu o movimento liberal-constitucional vintista e, posteriormente, enviou oito deputados para Lisboa, dos quais podemos destacar Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e Luís Paulino de Oliveira Pinto da França (TAVARES, 2001, p. 225).

As elites que compunham a sociedade baiana, formadas por proprietários de terras, grandes negociantes e militares, tornaram-se “revolucionárias” quando aderiram ao movimento vintista e ao projeto de monarquia constitucional. No entanto, tiveram uma forte decepção quando perceberam os intuitos ditos “recolonizadores” dos deputados portugueses reunidos em Lisboa.

No decorrer de 1821, vieram à tona insatisfações em relação às posturas adotadas pela Junta Provisória de Governo estabelecida em Salvador. Alguns dos descontentamentos manifestados foram a instalação de uma comissão de censura para os jornais, a continuidade dos problemas relacionados ao abastecimento e, também, a deficiência da instrução pública. Tais questões frustraram as pretensões de segmentos da população soteropolitana, que acreditava na possibilidade de materialização dos ideais emanados do liberalismo português e da Revolução do Porto em solo americano (SILVA, 2012).

Os eventos de fevereiro de 1822 na Bahia, em decorrência da nomeação de Inácio Luís Madeira de Mello como governador das Armas, insuflaram os ânimos da população e provocaram o êxodo para o Recôncavo. O controle de Salvador pelas tropas lusitanas deu início a uma série de escaramuças e batalhas entre o exército português e as forças lideradas pelas elites políticas das vilas do Recôncavo que pretendiam retomar a capital da província, objetivo somente concretizado em 2 de julho de 1823.

As *juntas governativas*, ou *juntas temporárias de governo*, foram constituídas nas vilas do interior da Bahia a partir de junho de 1822, com o objetivo de reconhecer a regência do príncipe d. Pedro e, também, como uma forma de administração em virtude de Salvador ter sido ocupada pelas tropas portuguesas comandadas por Madeira de Mello. As juntas locais, no contexto da desagregação do Império luso-americano, além de se constituir como uma expressão institucional do poder local, “representavam uma importante mudança político-administrativa e refletiram, em sua composição e em seu modo de atuação, as especificidades dos espaços nos quais iam sendo criadas” (BERNARDES, 2006, p. 317).

Enquanto entes jurídicos, as juntas governativas não foram constituídas para substituir a administração das câmaras nas vilas. As câmaras continuaram sendo responsáveis pelas atividades de governança, tendo as juntas assumido um papel político mais amplo nas províncias até a sua extinção, através da lei imperial de 20 de outubro de 1823. Ademais, os *homens bons* das câmaras poderiam ser membros das juntas governativas e vice-versa. Espaços de exercício do poder local, as câmaras tiveram um papel fundamental durante o período colonial e, também, no processo de ruptura política entre o Brasil e Portugal, na medida em que seus vereadores tomaram parte nas disputas políticas e aderiram ao poder emanado pela Corte no Rio de Janeiro.

Na vila de Cachoeira foi formado, em 6 de setembro de 1822, um Conselho Interino que articulou as ações contra o general Madeira de Mello e manteve contato permanente com o governo do Rio de Janeiro. Este comando reuniu representantes das diversas vilas do Recôncavo que haviam reconhecido d. Pedro como *Regente Constitucional do Brasil* desde os fins de junho de 1822. Durante o conflito, o Conselho Interino “exerceu enérgica e constante ação política, militar e administrativa desde a sua instalação” e “procurou manter-se governo ao longo da campanha militar para expulsar o Exército português da cidade do Salvador” (TAVARES, 2001, p. 237).

Em Rio de Contas, a Junta Temporária de Governo foi estabelecida em 14 de agosto de 1822 mediante o uso da força e sob a égide daqueles que, meses depois, seriam apontados como componentes do *partido europeu* (ou *português*).⁹ Posteriormente, alguns indivíduos nascidos na região, que também apoiaram a constituição da junta local, se agruparam politicamente e se autodenominaram *brasileiros* – o que indica a fluidez das identidades políticas no processo de desagregação do Império americano.

Cabem duas ressalvas: (1) ao termo *partido*, no sentido utilizado à época, não corresponde a sua acepção atual, que se refere a uma agremiação política formal. Podemos entendê-lo, no início do século XIX, como um *grupo detentor de certa coesão* (mas não homogêneo), ou mesmo uma corrente de opinião, no qual os interesses em jogo conferiam a tônica das alianças estabelecidas. Partilhar ideias e interesses, “tomar um partido”, conferia a estes indivíduos uma identidade política; (2) em meados de 1823, a expressão *partido português* passou a ser utilizada ao invés de *partido europeu*, pois até então todos os nascidos no Reino do Brasil consideravam-se “portugueses da América”, sendo os nascidos na metrópole chamados de portugueses europeus.

9 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 19, doc. 65. Correspondência de 18/10/1822. Nesta e nas demais citações, optamos por atualizar a grafia e a concordância dos vocábulos.

Em correspondência ao Conselho Interino, a junta rio-contense explicou que os relatos sobre a aclamação de d. Pedro como “Regente Constitucional do Brasil”, realizada em Cachoeira, chegaram a Rio de Contas em 20 de julho de 1822, acompanhados das edições de “O *Constitucional* número trinta e sete e o *Semanário Cívico* número sessenta e seis [...] [indicando também] a notícia *das aclamações do Rio de Janeiro e de Pernambuco*” (grifo nosso). Segundo os componentes da Junta, o povo da vila, cheio “do mais patriótico entusiasmo”, pretendeu fazer a mesma aclamação. No entanto, esta não ocorreu por ter sido impedida pelo juiz de fora Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas.¹⁰

Ainda de acordo com a correspondência encaminhada ao Conselho Interino, a aclamação somente foi realizada em 14 de agosto, após a vila ser cercada por 500 homens armados que ali estariam para garantir a realização do ato. Nesse mesmo dia, a junta rio-contense foi constituída. Assumiu sua presidência o tenente-coronel Joaquim Pereira de Castro, proprietário de terras e procurador da Casa da Ponte. Em sua companhia, alguns indivíduos oriundos da região: o bacharel, recém-chegado de Coimbra, Joaquim José Ribeiro de Magalhães e o sargento-mor das Ordenanças Antonio Rocha de Bastos,¹¹ ambos como secretários. Também participaram da Junta, como vogais, o capitão José Valentim de Souza e o português Antônio de Souza de Oliveira Guimarães.¹² A composição do órgão deliberativo, assim como daqueles que conferiam apoio às suas ações, era majoritariamente de portugueses natos, além de alguns aliados nascidos na região que tinham interesses vinculados aos dos lusitanos.

Constata-se, assim, que entre a chegada dos periódicos impressos e a formação da junta governativa local, os relatos sobre os acontecimentos do Recôncavo e as notícias veiculadas nos jornais motivaram os portugueses natos, com apoio de alguns nascidos na região, a reconhecerem d. Pedro como “Regente Constitucional”. Estas, pelo menos, foram as motivações apresentadas ao Conselho Interino por aqueles que estavam à frente da Junta Temporária.

Era perceptível aos contemporâneos que o Conselho Interino havia “tomado [para si] o título de governo da Província”.¹³ Em virtude disso, a junta rio-contense

10 *Ibidem*.

11 As Companhias de Ordenanças eram tropas auxiliares, organizadas no período colonial, compostas pela população local e encarregadas pela manutenção da ordem interna das capitânicas/províncias, não recebendo pagamento pelo desempenho de tal função. Esta instituição, de caráter militar, foi extinta em 1831, com a criação da Guarda Nacional. Cada ordenança possuía seu capitão-mor, que era auxiliado pelo sargento-mor e demais capitães. (SALGADO, 1985, p. 97-98).

12 APEB, *op. cit.*

13 *Idem*, Dossiê 16, doc. 52. Correspondência de 15/11/1822.

sabia que sua existência causaria um mal-estar em Cachoeira. Por isso seus membros reconheceram, no ofício que informou a sua criação, a “superioridade” do Conselho Interino daquela vila, além de indicarem que, “em qualidade de subalternos, [a junta rio-contense] esta[va] pronta para cooperar com tudo quanto chegar a seu alcance para restauração da capital [da Bahia], e para a conservação da integridade da província”.¹⁴

Mesmo tendo admitido a proeminência do Conselho Interino, a Junta Temporária de Rio de Contas não agia de forma submissa às autoridades da vila de Cachoeira, pois protelou, o quanto pode, a realização dos novos juramentos solicitados por aquele órgão deliberativo, que incluíam “obediência a Sua Alteza Real”, “fidelidade à Causa do Brasil e *obediência ao Conselho Interino de Governo desta província*”¹⁵ (grifo nosso). Como demonstração de apoio, os componentes da junta local enviaram oitenta arrobas de pólvora para Cachoeira através do tropeiro português Manoel de Souza Fogaça como contribuição aos esforços para retomada da capital.¹⁶

Ao avaliar as edições dos jornais que chegaram a Rio de Contas (*O Constitucional* e o *Semanário Cívico*, ambos publicados na Bahia), percebemos que os acontecimentos relatados nestes periódicos diferem, em parte, do indicado pelos componentes da junta rio-contense. Mesmo tendo posicionamentos políticos contrários, tais periódicos delinearam um cenário mais dramático, impregnado por traços de antilusitanismo, que repercutiram na estrutura social da região.

O Constitucional foi o jornal que se conservou leal ao príncipe d. Pedro e ao projeto de autonomia do reino do Brasil após a Revolução do Porto. Publicado entre 1821 e 1822, este periódico teve como um dos seus redatores o soteropolitano Francisco Gomes Brandão Montezuma que, posteriormente, exerceu papel de destaque no Conselho Interino de Cachoeira e na vida política do Império (SILVA, 1870, p. 296-297).¹⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva (2011) afirma que este periódico não defendeu a Independência do Brasil, mas a existência da ligação entre a Bahia e o Rio de Janeiro, sendo o Rio o centro político e administrativo com d. Pedro enquanto regente. A edição de número 37, publicada em 3 de julho de 1822, em menos de vinte dias circulava em Rio de Contas. Além de anunciar a aclamação de

14 *Idem*. Dossiê 19, doc. 65. Correspondência de 18/10/1822.

15 *Idem*. Dossiê 18, doc. 02. Ata de 08/09/1822.

16 *Idem*. Dossiê 19, doc. 65. Correspondência de 18/10/1822.

17 Futuro visconde de Jequitinhonha, Francisco Gomes Brandão era recém-chegado de Coimbra à época da Independência, onde havia feito o curso jurídico. Mulato, mudou seu nome como sinal de ruptura com os europeus, acrescentando ao seu prenome de origem lusitana sobrenomes americanos. Assim, adotou o nome Francisco Gê-Acaiaba Montezuma.

d. Pedro ocorrida no Rio de Janeiro, o periódico também indicava que tal ato havia sido realizado nas vilas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco.¹⁸

O *Semanário Cívico*, publicação que circulou na Bahia entre 1821 e 1823, teve como único redator o comerciante português Joaquim José da Silva Maia, natural da cidade do Porto. Nas palavras do próprio Silva Maia, o *Semanário* tinha como missão “não só instruir o povo e dirigir-lhe a opinião para os verdadeiros princípios constitucionais”, mas também “desmascarar a impostura” e “fazer calar a calúnia” sobre os cidadãos honrados.¹⁹ Este periódico apoiou Madeira de Mello e posicionou-se contra o governo do Rio de Janeiro, sendo o mais combatido pela imprensa carioca.

A edição de número 66, publicada em 6 de junho de 1822, noticiou, em tom de imprecisão, que a Corte no Rio de Janeiro reconheceu d. Pedro como *Perpetuo Regente do Brasil*, o que não contradiz com o noticiado pela edição supracitada de *O Constitucional*.²⁰ Diferente do que foi indicado pela Junta Temporária rio-contense em correspondência ao Conselho Interino de Cachoeira, acreditamos que não foi a aclamação em Pernambuco que inflamou os ânimos da população, mas o que esta mesma edição do *Semanário Cívico* informou sobre o clima de tensão da sociedade pernambucana:

[...] Tem continuado em toda esta *província a terrível perseguição contra os portugueses europeus*: de balde alguns cidadãos prudentes, [...] o mesmo governo tem procurado todos os meios de fazer cessar aquelas vergonhosas rixas. Um povo desenfreado, sem tropas disciplinadas que possam fazer respeitar as autoridades, naturalmente deve ser sacrificado aos caprichos de um punhado de facciosos e reduzir o país em anarquia: é o que infelizmente tem acontecido em Pernambuco. (grifo nosso)

As crises política e social instauradas em Pernambuco eram muito similares às existentes na Bahia. Em Salvador, a nomeação de Madeira de Melo inflamou os ânimos de segmentos da população baiana e, também, dos portugueses natos. Esta sensação de instabilidade pode ser percebida nas palavras da proprietária de engenho Maria Bárbara Madureira Garcês Pinto, através das cartas encaminhadas ao seu esposo Luís Paulino Pinto da França, deputado baiano, às Cortes. Numa correspondência enviada em 12 de maio de 1822, ela afirmou ao esposo:

Tu não podes formar ideia da rivalidade que há entre europeus e brasileiros. [...]. Asseguro-te que, se o príncipe tem partido, o Brasil estava a esta hora em

18 *O Constitucional*, n. 37, 03/07/1822.

19 *Semanário Cívico*, n. 23, 02/08/1821.

20 *Semanário Cívico*, n. 66, 06/06/1822.

perfeitíssima anarquia. Teriam corrido rios de sangue e nisto nada ganhava o pobre Brasil e muito perdia o bom Portugal. (FRANÇA, 1980, p. 54)

A visão de Maria Bárbara nos confirma a crescente animosidade entre os nascidos na Europa e parte da população baiana, que começava a reconhecer-se brasileira. A rica proprietária, que durante o ano de 1822 transitou entre Salvador e o Recôncavo na administração do engenho Aramaré, nos indica também a importância da permanência do então príncipe Pedro de Alcântara em solo americano (o *Fico*, 9 de janeiro de 1822) após o decreto das Cortes que exigiu seu retorno para a Europa em outubro de 1831. No entanto, mesmo a presença do príncipe d. Pedro em solo americano não diminuiu as tensões sociais existentes nas províncias do Brasil.

As rivalidades entre portugueses natos e baianos não se restringiam apenas a Salvador e ao Recôncavo. Em virtude disso, os componentes da junta rio-contense almejavam, a partir da constituição daquela instância de poder local, atuar na conservação da “harmonia social com todos os portugueses ultramarinos, domiciliados no Brasil” e, se fosse necessário, “unir-se à província de Minas [Gerais], que esta[va] de posse da liberdade”.²¹ Tais aspirações vinculavam-se aos relatos vindos do Recôncavo e, também, aos fatos veiculados pelos jornais *O Constitucional* e o *Semanário Cívico*.

Acreditamos que as notícias e relatos referentes à perseguição de portugueses poderiam, no entendimento dos lusitanos que detinham o poder político e econômico em Rio de Contas, contribuir para que segmentos da população rio-contense compostos por nascidos na região realizassem a aclamação de d. Pedro e mudar a composição político-administrativa da vila. Além disso, o temor dos “portugueses europeus” de serem assassinados era intenso nos recônditos da província da Bahia. Como salientou o médico e botânico inglês George Gardner “sempre que um motim ou qualquer tentativa de revolta se verifica[va] no interior”, os portugueses eram “as primeiras vítimas, chacinados sem piedade, roubados de quanto possuem” (GARDNER, 1942, p. 10).

Os lusitanos exerciam papel de destaque na estrutura estatal e militar de Rio de Contas, além de serem grandes proprietários de terras na região. Para não perderem prestígio político que detinham naquele espaço regional, conduziram o processo revolucionário na vila (só que de forma conservadora). Seguiram, assim, a máxima de Lampedusa: “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”.²² (tradução nossa) (LAMPEDUSA, 1962, p. 42)

21 APEB, *op. cit.* Dossiê 03, doc. 75. Traslado do Requerimento encaminhado à Câmara em 14/08/1822.

22 O original: “se vogliamo che tutto rimanga com'è, bisogna che tutto cambi”.

Para os nascidos na América portuguesa que buscavam a desobstrução das barreiras que os impediam a ascensão aos altos postos civis e militares, este contexto de incertezas poderia trazer possibilidades de mudanças. Após diversos acontecimentos, que envolveram assassinatos de inimigos políticos do “partido português” e algumas tentativas de invasão da vila, alguns representantes dos grupos abastados locais, associados aos setores médios da população de Rio de Contas, autodenominaram-se *brasileiros* e esboçaram uma reação, que acarretou na prisão de alguns componentes da junta rio-contense e seus aliados, mas posteriormente soltos por intervenção do Conselho Interino.²³ Os embates entre *brasileiros* e *portugueses natos* continuaram no decorrer da década de 1820 e alcançaram seu ponto crítico à época da abdicação do imperador d. Pedro I, em 1831.

No desenrolar dos fatos, novas identidades políticas foram forjadas, pois “ser português” ganhou um novo significado e “ser brasileiro” foi proposto enquanto uma nova identidade política. Como consequência desses embates, diversos integrantes do “partido brasileiro” foram levados à prisão nos primeiros meses de 1823. No processo de (re)elaboração destas identidades a imprensa periódica exerceu relevante papel, principalmente no que diz respeito à circulação e divulgação de ideias.

A “Guerra do Mata-maroto” em 1831

O papel exercido pela imprensa nas disputas políticas em curso na Corte contribuiu para a abdicação do imperador d. Pedro I. Jornais do Rio de Janeiro e de Salvador influenciaram na conformação política das vilas do interior baiano, propagando os acontecimentos políticos que culminaram no sete de abril de 1831. No entanto, diferentemente dos motins da Corte que antecederam a abdicação, nos quais segmentos pobres da população manifestavam-se na luta pela *liberdade* (entendida neste contexto enquanto *igualdade*) (RIBEIRO, 2002, p. 263), em Rio de Contas as manifestações antilusitanas foram protagonizadas por algumas autoridades locais nascidas na região, que buscaram associar os lusitanos e seus aliados que residiam na vila e seu termo a uma suposta “conspiração portuguesa”.²⁴

O antilusitanismo permaneceu como a tônica na (re)elaboração das identidades políticas em Rio de Contas durante o Primeiro Reinado. Novas configurações políticas foram estabelecidas nos anos subsequentes à independência política do Brasil, a partir de novas alianças e novos agentes sociais envolvidos, principalmente, nas ações protagonizadas por brasileiros e portugueses natos ao final do Primeiro Reinado.

23 AMRC. Seção Judiciária. Caixa 2, maço 01. Autos da Devassa Mata-maroto, 1823.

24 *Idem*, Fundo Câmara Municipal. Caixa 6, maço 2. Doc. s/d.

Mais uma vez, os periódicos contribuíram para a deflagração do conflito nesta vila dos *sertões de cima*. As manifestações antilusitanas foram tão intensas ao final do Primeiro Reinado que ficaram marcadas na memória social rio-contense. Até meados do século XX, os moradores de Rio de Contas denominavam tais acontecimentos como “guerra do mata-maroto”²⁵ por conta do clima de insegurança existente após a abdicação, quando aconteceram diversas prisões e assassinatos de portugueses que residiam na vila e seu termo.²⁶

Ainda que os sentimentos antilusitanos estivessem presentes na sociedade rio-contense durante a década de 1820, as disputas políticas não haviam alcançado tamanha dimensão como no período que sucedeu a abdicação do imperador Pedro I. As notícias sobre a “noite das garrafadas”,²⁷ ocorridos na Corte, e dos motins antilusitanos que tiveram lugar em Salvador,²⁸ chegaram à vila de Rio de Contas em 11 de maio de 1831, através dos periódicos *Astréa*, *O Bahiano* e *O Repúblico*, “cujos escritos fazem certo a impunidade dos crimes cometidos por tais malvados [portugueses]”, conforme exposto no abaixo-assinado composto por 47 assinaturas que foi encaminhado à Câmara da vila.²⁹

Em seguida, diversos assassinatos de portugueses ocorreram desde que “soaram as notícias dos acontecimentos da capital do Império no dia 13 de março [de 1831]”.³⁰ Na representação enviada à Câmara, os reclamantes solicitaram às autoridades o recolhimento de todos os portugueses à prisão. Afirmaram que suas motivações não eram a

[...] impostura, o espírito de partido, a calúnia e [nem] mesmo a vingança que nos faz[iam] exprimir por estas frases e que nos dirigiu

25 Eram chamados de “mata-maroto” os conflitos de rua protagonizados por brasileiros e portugueses natos com ocorrências de saques, quebra-quebras, espancamentos e assassinatos. “Maroto”, além de designar “marinheiro”, era uma forma pejorativa utilizada pelos baianos para indicar os indivíduos nascidos em Portugal. Luiz Maria da Silva Pinto, em seu *Dicionário da Língua Brasileira* (1832, p. 699), definiu maroto como “vil, aquele que se porta mal, descortês”, muito próximo de uma das definições mais recentes do termo: “indivíduo capaz de ações vis, canalhas, condenáveis; ladino, vivo, malandro”. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1.250).

26 AMRC. Livro da Intendência Municipal. 1928.

27 Sobre os conflitos antilusitanos no Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado, ver RIBEIRO, 2002.

28 Sobre os motins de abril de 1831 em Salvador, ver SILVA, 1933, p. 253-272; MOREL, 2001, p. 250-256.

29 AMRC. Fundo Câmara Municipal. Caixa 6, maço 2. Doc. s/d.

30 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Juizes de Rio de Contas. Maço 2483. Correspondência de 28/04/1831.

a representar sobre a segurança de todos os portugueses residentes neste município, e sim o bem que tal medida vem a resultar um favor nosso, da Constituição, do nosso país e até do Brasil inteiro, sendo está precaução provisória, [...], durante o receio que há de conspiração portuguesa.³¹

Numa sessão extraordinária realizada em 21 de abril de 1831, “a fim de evitar o furor popular”, a Câmara de Rio de Contas deliberou que os juizes de paz dos distritos conduzissem para a cadeia pública localizada na sede da vila todos os indivíduos de origem lusitana “a bem da manutenção do sossego e tranquilidade pública, de alguma maneira interrompida por alguns assassínios, indicativo de maior explosão entre brasileiros adotivos e brasileiros natos”. Com tal ação, pretendeu-se “evitar a anarquia e não ver correr o sangue de nossos concidadãos”.³²

Tal atitude, supostamente com o intuito de proteger os cidadãos portugueses residentes em Rio de Contas, ambicionou retirá-los das esferas de poder e mando da vila. Em correspondência à presidência da Província, o juiz de paz Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque solicitou a expulsão de nove portugueses dos cerca de cento e vinte que viviam na vila, sob a justificativa de que tal ação conteria os ânimos da população.³³ A presidência da Província, ocupada interinamente por Luis dos Santos Lima, ordenou para a Câmara rio-contense a libertação de todos os portugueses presos, já que não haviam cometido crime algum.³⁴ No entanto, a documentação indica que até meados de julho de 1831 os portugueses ainda permaneciam sob custódia.³⁵

No decorrer de 1831 os assassinatos de portugueses e seus aliados continuaram, fato que chamou a atenção das autoridades provinciais. Para uma melhor avaliação das violências praticadas no período, é importante recolher as afirmações dos personagens locais. Uma autoridade judicial afirmou ao presidente da Província, anos mais tarde, que um “homem célebre” naqueles sertões chamado Honório José das Neves, em companhia de outros dois criminosos, foram responsáveis pelo assassinato de “mais de vinte cidadãos pacíficos” em julho de 1831, quando o mata-maroto atingiu o auge na região.³⁶

31 AMRC. Fundo Câmara Municipal. Caixa 6, maço 2. Doc. s/d.

32 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Correspondências recebidas da Câmara de Rio de Contas. Maço 1354. Correspondência de 25/04/1831.

33 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Juizes de Rio de Contas. Maço 2483. Correspondência de 29/05/1831.

34 *Idem*. Correspondências expedidas pelo Governo da Província. Maço 1636. Correspondência de 17/05/1831.

35 *Idem*. Juizes de Rio de Contas. Maço 2483. Correspondência de 13/08/1831.

36 *Idem*. Maço 2557. Correspondência de 03/11/1835.

Jornais baianos, pernambucanos e mineiros repercutiram tais acontecimentos. O número 37 do *Nova Sentinella da Liberdade*, publicado em Salvador por Cipriano Barata em 23 de outubro de 1831, relatava em tom de aprovação que “o povo” de Rio de Contas estava envolvido em grandes desordens, pois haviam “tomado para si o trabalho que pertencia as autoridades do Brasil”.³⁷ Também na capital baiana, o jornal conservador *O Orgão da Lei* destacou numa de suas edições, provavelmente do segundo semestre de 1831, que a vila de Rio de Contas

[...] tem sido vítima de sanguinários anarquistas, os quais, a pretexto de ódio contra os portugueses, tem desumanamente assassinado muitos pais de família, deixando muitos e tenros brasileiros órfãos. [...] Em um pequeno espaço de tempo houve naquela vila dezessete assassinatos, ficando mais de quarenta órfãos e muitas viúvas.³⁸

O mesmo artigo foi reproduzido pelo jornal pernambucano *O Olindense* (Olinda-PE) em 8 de novembro de 1831. Jornais mineiros, como *O Universal* (Ouro Preto-MG) e *Astro de Minas* (São João Del Rey-MG) relataram os acontecimentos rio-contenses a partir de julho de 1831, muito provavelmente por conta da proximidade territorial e dos intensos contatos comerciais da vila com o norte de Minas Gerais. Na edição número 660 d’*O Universal*, publicada em 17 de outubro de 1831, foi noticiado que “tem havido em Rio de Contas mortes de brasileiros adotivos feitas por esse partido que aí tem se conservado, aterrando com sua presença os habitantes pacíficos do lugar: muitas famílias tem deixado as suas propriedades para escaparem ao assassinio e a pilhagem”.³⁹

Por conta de sua postura controversa, o juiz de paz Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque foi preso sob a acusação de favorecer as agressões e assassinatos de portugueses natos no início de 1832. A prisão de Manoel Justiniano, em companhia de alguns seus aliados, foi executada por juízes de paz dos distritos que compunham o termo da vila, tendo o aval do presidente da Província Honorato José de Barros Paim que solicitou, inclusive, que fossem levados à capital baiana.⁴⁰ O responsável pela transferência dos prisioneiros foi o capitão ajudante Germano José da Silva Pinto, que recebeu a guarda dos presos em Rio de Contas no dia 11 de abril de 1832.⁴¹ No entanto, enquanto cumpria outras determinações que lhe

37 *Nova Sentinella da Liberdade*, n. 37, 23/08/1831.

38 *O Olindense*, n. 55, 08/11/1831.

39 *O Universal*, n. 660, 17/10/1831.

40 AMRC. Seção Judiciária. Caixa 2, maço 1. Cópia da portaria ao capitão ajudante Germano. 22/03/1832.

41 APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Correspondências expedidas pelo Governo da Província. Maço 1640. Correspondência de 22/03/1832.

foram encarregadas, faleceu “acometido de uma morte súbita” durante uma sessão da Câmara rio-contense em 30 de abril de 1832.⁴² Por esta razão, não sabemos se Manoel Justiniano e os demais presos chegaram a ser transferidos para Salvador. Como as tropas dos juizes de paz que os prenderam foram desmobilizadas, é provável que tenham sido soltos ainda em 1832 por ordem do governo da Província. Manoel Justiniano e seus descendentes continuaram detentores de prestígio político na região no decorrer do século XIX (SANTOS FILHO, 1956, p. 149-177).

Os fatos narrados nos jornais contribuíram sobremaneira para as agitações políticas e sociais ocorridas na vila. O *Astréa*, O *Bahiano* e O *Repúblico* foram publicações que tiveram um importante papel na divulgação dos projetos políticos liberais, num ambiente de efervescentes debates em torno da construção do Estado Imperial. As ideias veiculadas por estes periódicos provocavam movimentos de ação e reação que não se restringiam apenas às localidades em que eram publicados.

Como não foram especificadas na representação encaminhada à Câmara quais edições dos jornais citados circularam em Rio de Contas e que motivaram as ações contra portugueses e seus aliados, analisamos as edições destes periódicos que abordaram os eventos políticos ocorridos na Corte e em Salvador do período. Os jornais citados no abaixo-assinado eram “liberais exaltados”, apesar do *Astréa* ter sido, em sua primeira fase, um periódico “moderado”.

O *Repúblico*, que circulou em sua primeira fase no Rio de Janeiro entre 1830 e 1831,⁴³ teve como redator o paraibano Antônio Borges da Fonseca. Jornalista combativo com participação relevante nos conflitos políticos que levaram a abdicação, Borges da Fonseca defendeu a adoção do regime federativo para “afrouxar” os laços que “arrocham as províncias do Império, e que por muito apertado estão em perigo de rebentarem”.⁴⁴

Desde a segunda metade de 1830 que o redator d’O *Repúblico* sinalizava a existência de um “gabinete secreto” composto por “homens ferozes” que influenciavam as decisões do imperador d. Pedro I. Estes seriam, inclusive, os responsáveis pelo assassinato do jornalista Libero Badaró.⁴⁵ Após a “noite das garrafadas”, Borges da Fonseca incorporou em seu periódico o antilusitanismo como discurso. Na

42 *Idem*. Juizes de Rio de Contas. Maço 2483. Correspondência de 05/05/1832.

43 Segundo Carolina Paes Barreto da Silva (2010, p. 13), O *Repúblico* apresentou durante sua trajetória cinco fases: a primeira entre 1830 e 1831; A segunda entre 1831 e 1832; a terceira iniciada em 1834, sendo indeterminado quando havia parado de circular; a quarta, exclusivamente no ano de 1837; e a quinta e última fase, no segundo semestre de 1853. Com exceção da segunda fase, que foi trazida a lume na Paraíba (com três números impressos em Recife), as demais foram todas publicadas no Rio de Janeiro.

44 O *Repúblico*, n. 47, 16/03/1831.

45 *Idem*, n. 21, 11/12/1830.

edição de 16 de março de 1831, ao abordar pela primeira vez os acontecimentos dos dias anteriores, questionou aos seus interlocutores: “é dessa forma, brasileiros, que somos agredidos atraíçoadamente pela gente sorumbática? E dir-se-á que a provoquemos? Ah, malvados, que acobertados pelo infame gabinete secreto, assim derramais o sangue brasileiro que pede vingança”.⁴⁶ Nas edições seguintes, os ataques aos “marinheiros” (como eram chamados os portugueses no Rio de Janeiro) aumentaram cada vez mais.

Outro jornal fluminense citado foi o *Astréa*, que circulou na Corte de 1826 a 1832 e teve como redatores Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto. A *Gazeta do Brasil*, jornal áulico fluminense, chamava o *Astréa* de “insolente” e “demagógico” (SODRÉ, 1966, p. 123-124). Em sua edição de 17 de março de 1831, publicada após os tumultos decorrentes da “noite das garrafadas”, o *Astréa* afirmou que o governo do Brasil não era nacional, mas que havia passado “a ser exclusivamente português recolonizador”.⁴⁷

Neste mesmo artigo, indicou aos seus leitores, assim como *O Repúblico*, a existência de um “gabinete secreto” detentor de “grandes projetos” que estavam em curso, no qual um “irreconciliável lusitanismo bradava pela destruição da Independência e Liberdade do Brasil”. Na edição seguinte, o *Astrea* abordava mais detalhadamente sobre a “noite das garrafadas”, quando “bárbaros e sanguinários portugueses [...] derramaram o sangue brasileiro”.⁴⁸ O tom antiluso continuou nas edições seguintes até as vésperas da abdicação.

As imagens evocadas pelas palavras destes periódicos, independente de quais edições tenham circulado em Rio de Contas, teriam motivado as autoridades brasileiras rio-contenses a atacar seus inimigos políticos nascidos em Portugal, com os quais tinham desavenças desde 1822, quando os nascidos na região se autodenominaram *brasileiros* e, em seguida, acusaram os portugueses natos e seus aliados de pertencerem ao *partido europeu* (FRUTUOSO, 2015).

O *Bahiano*, cujo subtítulo era “pela constituição e pela lei”, foi um periódico liberal que circulou em Salvador entre 1828 e 1832. Seu redator, Bernardino Ferreira Nóbrega, havia sido preso em 1829 acusado do crime de abuso da liberdade de imprensa, tendo sido posteriormente absolvido (SILVA, 2009, p. 61-65). Nóbrega foi acusado também por seus detratores de ser o “mulatinho redator testa de ferro” do “façanhoso” Antonio Pereira Rebouças, que também foi o fundador d’O *Bahiano* (CASTRO, 1984, p. 83).

A edição d’O *Bahiano* que possivelmente chegou à vila de Rio de Contas em fins de abril foi a de número 37, publicada em 12 de abril de 1831, em meio aos motins ocorridos em Salvador. Nesta edição, além de abordar a saída de Luís Paulo de

46 *Idem*, n. 47, 16/03/1831.

47 *Astrea*, n. 683, 17/03/1831.

48 *Idem*, n. 684, 22/03/1831.

Araujo Bastos (futuro visconde de Fiais) da presidência da Província, alertava que seria de “sumo interesse” a saída dos “numerosos portugueses que aqui se acha[va]m, e que chega[va]m todos os dias, para se ‘arrumarem’ [...] em ocupações que deviam” ser exercidas pelos brasileiros.⁴⁹

Por mais que o redator d’O *Bahiano* se referisse principalmente aos caixeiros e lojistas solteiros nascidos em Portugal, em Rio de Contas as manifestações foram direcionadas, principalmente, aos lusitanos que ocupavam as posições de poder e mando. Estratégia utilizada com maestria pelas autoridades locais nascidas na região, pois garantiu a destituição dos portugueses natos e seus aliados políticos dos postos de proeminência da vila. As notícias veiculadas nos periódicos que circularam nesta vila do sertão baiano teriam justificado as ações antilusitanas praticadas num momento de grande instabilidade social e política na província da Bahia.

A circulação de impressos teve importante papel durante os eventos do Primeiro Reinado. Para além de sua finalidade noticiosa, a imprensa foi utilizada como instrumento doutrinário e mobilizador, além de ter se constituído enquanto novo espaço de debate político. Como observamos, na vila de Rio de Contas os jornais redigidos nos grandes centros urbanos influenciaram na (re)elaboração das identidades políticas durante o processo de ruptura política entre Brasil e Portugal e, também, no período que se seguiu a abdicação do imperador d. Pedro I. O trânsito dos periódicos entre os círculos letrados do Império possibilitou a associação de indivíduos por meio das ideias e influenciou na vida política desta vila do sertão baiano, palco de diversos episódios de antilusitanismo num momento de grande instabilidade social no país.

Referências Bibliográficas:

- BERNARDES, d. A. de M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HUCITEC; Recife: UFPE, 2006.
- CASAL, M. A. de. *Corografia brasílica*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Ministério da Educação e Saúde, 1947. t. 2.
- CASTRO, R. B. de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*. Salvador: Imprensa Oficial, 1969.
- CASTRO, R. B. de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia (Cachoeira, 1823 – Salvador, 1831)*. São Paulo: Ática, 1984.
- DARNTON, R.; ROCHE, d. (org.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

49 O *Bahiano*, n. 37, 12/04/1831.

- FRANÇA, A. d. P. (org.). *Cartas baianas, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: UERJ, 1980.
- FREIRE, F. *História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 1998. vol.1.
- FRUTUOSO, M. A. “Morram marotos!”: *antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- GARDNER, G. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e diamantes durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LAMPEDUSA, G. T. *Il Gattopardo*. Milão: Feltrinelli, 1962.
- MOREL, M. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: IGHB/ALB, 2001.
- MOREL, M.; BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história local e regional)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- PEDREIRA, P. T. “Os quilombos baianos”. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, Rio de Janeiro: IBGE, 1962.
- PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- RIBEIRO, G. S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj, 2002.
- SALGADO, G. (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SILVA, C. da C. e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Edufba, 2000.

- SILVA, C. P. B. da. *A trajetória d'O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SILVA, D. A. da. “A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial”. *Topoi*, n. 19, vol. 10. Rio de Janeiro, UFRJ, jul-dez. 2009, p. 55-69.
- SILVA, I. de A. de C. e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia. Anotações de Braz do Amaral*, vol. 2, 1925 e vol. 4, 1933. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.
- SILVA, I. F. da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 9. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
- SILVA, M. B. N. da. *Diário Constitucional: um periódico baiano defensor de d. Pedro – 1822*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, M. R. S. *Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SLEMIAN, A. & PIMENTA, J. P. G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.
- VASCONCELOS, A. L. *Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão. Bahia do século XVIII*. 1998. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BEATRIZ PIVA MOMESSO é doutora em História Política pela UERJ, professora e pesquisadora do programa de pós-doutorado em História da UFF como bolsista do Programa de Apoio ao Pós-Doutorado da FAPERJ. É também pesquisadora do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO - UFF).

GLADYS SABINA RIBEIRO é doutora em História Social do Trabalho pela UNICAMP, professora titular do Departamento de História e do PPGH-UFF, coordenadora do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO-UFF) e do Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania (NEMIC-UFF). É também pesquisadora do CNPq e Bolsista do Nosso Estado - FAPERJ e secretária da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos.

MONIQUE DE SIQUEIRA GONÇALVES é doutora em História das Ciências pela FIOCRUZ, professora e pesquisadora do programa de pós-doutorado em História da UERJ como bolsista Nota 10 do Programa de Apoio ao Pós-Doutorado da FAPERJ. Pesquisadora do Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais da UERJ.

TÂNIA BESSONE DA CRUZ FERREIRA é Doutora em História Social pela USP, professora associada do Departamento de História e do PPGH da UERJ e pesquisadora do Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais da UERJ. É também pesquisadora do CNPq e Bolsista do Nosso Estado - FAPERJ e sócia honorária do IHGB.

A cultura escrita no Brasil Oitocentista é o objeto desta obra que reúne o trabalho de onze historiadores, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas e versando sobre diferentes objetos, no contexto de construção da nação. Esse livro representa, sobretudo, o esforço de um grupo de pesquisadores pertencentes a diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil em demonstrar a fertilidade dessa área de estudos e o potencial de construção de novas interpretações sobre a cultura letrada no Brasil imperial, seja no âmbito da história cultural, política, econômica, social ou da ciência.